



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOAO PESSOA/PB

Processo n.º 08291017120208152001

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CARLOS GERMANO GONCALVES REIS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A parte autora alegou em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico, restando permanentemente inválida, pleiteando em juízo uma suposta diferença do valor indenizatório liquidado na esfera administrativa.

Deste modo, foi nomeado perito por esse d. juízo, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s); (ESCREVER A REGIÃO CONFORME A DISPOSIÇÃO DOS ÍTENS CONTIDOS NA TABELA DPVAT, UTILIZAR OS TERMOS LÁ EXISTENTES)

PUNHO DIREITO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima que sejam evidentes e permanentes

b) ☒ dano anatómico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatómico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima. (ESCREVER TODAS AS SEQUELAS EXISTENTES, TODAS AS LIMITAÇÕES FÍSICAS)

DEFICIT DE FLEXÃO E EXTENSÃO PUNHO DIREITO E DEFICIT DE FORÇA LEVE

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário avaliar a evolução

Segmento Anatómico	Marque aqui o percentual
1ª Lesão <u>FRATURA DO CARPO DISTAL</u>	<input type="checkbox"/> 10% Residual <input type="checkbox"/> 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média <input type="checkbox"/> 75% Intensa

Cumpra observar que embora o respeitável perito tenha indicado o PUNHO DIREITO como a região corporal acometida, ao apontar no final do laudo o segmento corporal a ser indenizado e seu respectivo percentual de perda, descreveu o termo técnico RÁDIO DISTAL. Ocorre que embora o termo Rádio Distal não possua o enquadramento na tabela prevista da Lei, é notório que o *expert* faz referência a lesão no segmento PUNHO, conforme se apura em todo teor do laudo pericial elaborado.

Contudo, caso Vossa Exa. entenda de maneira diversa, vem requerer a intimação do respeitável perito para se manifestar aos autos com o devido enquadramento da lesão apurada, fazendo constar PUNHO DIREITO ao final do laudo, a fim de evitar qualquer prejuízo as partes.

## FRATURA DO PUNHO (RÁDIO DISTAL)



De todo modo, com o devido enquadramento da lesão do PUNHO DIREITO, verifica-se que o laudo pericial ratifica o adimplemento da obrigação com a liquidação do sinistro na esfera administrativa, uma vez que a lesão apurada na esfera judicial através da prova pericial corresponde ao pagamento efetuado administrativamente na monta de **R\$ 1.687,50 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, não havendo de se falar em complementação de indenização.

### BANCO DO BRASIL

#### COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 06/04/2020

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 1.687,50

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CARLOS GERMANO GONCALVES REIS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00220

CONTA: 000000008722-8

Nr. da Autenticação 86629454189C57A7

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo apresentado pelo i. Perito, sendo certo que em ambos os casos foram utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixado *o quantum* indenizatório.

Diante da quitação administrativa, requer que seja acolhida a conclusão pericial, julgando improcedentes os pedidos formulados na exordial.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

JOAO PESSOA, 18 de novembro de 2021.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**